



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682333 - SP (2021/0232123-1)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR  
CONVOCA DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : ANGELA DE FATIMA ALMEIDA  
**ADVOGADO** : ANGELA DE FATIMA ALMEIDA - SP328515  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOENILTON AMARAL DE SOUSA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : JOENILTON AMARAL DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOENILTON AMARAL DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0006207-92.2021.8.26.0482).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar o reconhecimento da prática pelo apenado da falta disciplinar de natureza grave, aduzindo que deve ser reconhecido em seu favor a aplicação do princípio do *in dubio pro reo*.

Destaca que a tornozeleira eletrônica apresentou defeito, tendo o reeducando realizado 17 chamadas telefônicas para a unidade prisional, a fim de comunicar o problema, razão pela qual o indeferimento da realização da perícia no aparelho e no carregador acarreta o cerceamento de defesa, prejuízo ao sentenciado e a violação dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Requer, liminarmente, a absolvição do paciente da falta grave, restabelecendo-se o regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar ou desclassificada a indisciplina para falta de natureza leve ou média.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 17/21):

*Trata-se de agravante que cumpre pena total de 30 anos, 07 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, por extorsão mediante sequestro, associação criminosa, posse irregular de arma de fogo de uso permitido e extorsão qualificada, com término de cumprimento de pena previsto para 24/05/2040 (fls. 111/114).*

*Consta do Comunicado de Evento n. 10/2020 que em 05/01/2021, por volta das 17hs35min, constatou-se que o agravante, beneficiado com a saída temporária de Natal/2020 e Ano Novo/2021, monitorado com*

tornozeleira eletrônica e ciente dos deveres inerentes ao monitoramento, retornou ao estabelecimento prisional, mas sem carregamento adequado da tornozeleira eletrônica, permanecendo, portanto, sem monitoramento por falta de bateria, cuja sinalização (UFIB) foi alertado inúmeras vezes pelo sistema.

Os fatos foram objeto de instauração do Boletim de Ocorrência n. 93/2021 lavrado pela Delegacia de Presidente Prudente em 06/01/2021 (fls. 33/34).

Instaurado procedimento administrativo para apuração da falta grave, devidamente processado com manifestação de defesa técnica, preservando-se o direito ao contraditório e a ampla defesa.

O agravante, na presença de advogado (fls. 65/66), negou que tivesse descumprido o monitoramento. Aduziu que foi beneficiado com a saída temporário com uso de tornozeleira eletrônica e que na noite em que chegou em casa colocou o aparelho para carregar e após a tornozeleira passou a vibrar e ficar roxa, ligando para unidade prisional, quando o funcionário o orientou para que ele ficasse em sua casa e continuasse e que o problema era da bateria mas que estava tudo normal.

Alegou que ligou mais vezes na unidade para relatar o fato sendo novamente orientado que estava dentro da zona permitida e que deixou a tornozeleira carregando por 07 horas por dia. Afirmou que a tornozeleira passou a apresentar problemas após o segundo dia e que sempre a colocou para carregar e que ligou diversas vezes para unidade prisional para informar o problema, sendo informado pelo funcionário que estava tudo bem. Afirmou que ligou para o COPOM para informar o fato e que foi informado que poderia ficar tranquilo pois o chamado estava registrado.

Os agentes de segurança penitenciária (fls. 67/68 e 69/70) confirmaram o constante na Comunicação de Evento, ressaltando que conforme o sistema de monitoramento o agravante deixou de recarregar a tornozeleira, por diversas vezes, gerando violações de UFIB, perda de sinal e monitoramento, infringindo os deveres previstos no art. 146-C, inciso I, da LEP.

O reeducando foi informado e estava ciente dos deveres inerentes ao monitoramento eletrônico e das consequências de seu descumprimento (Instruções fls. 36).

Não há dúvidas acerca da infringência do disposto no art. 146- C da LEP, razão pela qual, desde já fica afastada a aplicação do princípio do in dubio pro reo.

É dos autos que o agravante não carregou adequadamente a tornozeleira, não retornou as chamadas com a unidade prisional (fls. 39) e não seguiu as orientações.

Tanto que os agentes penitenciários narraram que o sistema de monitoramento (fls. 37) apontou que o agravante deixou de recarregar a tornozeleira, por

*diversas vezes, gerando violações de UFIB, perda de sinal e monitoramento.*

*Em que pese a tese defensiva a condenação era de rigor, não havendo indícios de que os agentes penitenciários tivessem interesse em falsamente acusar o agravante.*

*Ademais, quanto à realização de perícia técnica, improcede sua realização eis que, como bem ponderado às fls. 87, quando do retorno da saída temporária, todos os equipamentos são novamente testados, ainda instalados nos monitorados, sendo que se constatada alguma irregularidade, o equipamento é imediatamente retirado e separado, para posteriormente ser encaminhado para manutenção junto a empresa responsável, sendo o sentenciado liberado sem nenhum problema, sendo que no caso do reeducando, foram realizados todos os protocolos e testes necessários pela equipe de monitoramento, verificando-se que o aparelho que o agravante utilizava se encontrava em perfeitas condições de uso, inclusive estando apto para ser reutilizado, não se vislumbrando, portanto, qualquer falha técnica no aparelho utilizado que sugerisse a necessidade de perícia.*

*Como se vê, demonstrado que o agravante infringiu o art. 146- C, inciso I da LEP, in verbis:*

*[...]*

*Restou, assim, comprovada a falta grave, não havendo se falar em absolvição por falta de provas ou desclassificação para falta de natureza leve ou média, pois os fatos se revestem de maior gravidade e os agentes penitenciários confirmaram os fatos descritos na Comunicação de Evento.*

*E correta a perda de um terço dos dias remidos, eis que necessária à coibição da reiteração da conduta faltosa, não se justificando redução menor, ficando demonstrada a falta grave, tratando-se de conduta grave que não pode ficar sem as devidas consequências.*

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência